TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de GINÁSTICA LABORAL (Alongamento Coletivo, Exercícios para melhorar a flexibilidade, Avaliação Postural e Exercícios respiratórios)**. Tais serviços deverão ser executados por profissional da área de fisioterapia e/ ou educação física para os magistrados e servidores na Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (Praça Dom Pedro II, s/n, Centro - São Luís/MA), **Unidade Administrativa V** (Rua Viveiros de Castro, nº 257 - Bairro Alemanha - São Luís/MA), **Centro Administrativo** (Rua do Egito, s/n, Centro, São Luís) e no **Fórum do Desembargador Sarney Costa** (Av. Prof. Carlos Cunha, S/N, Calhau São Luis - MA), por licitação, na modalidade **Pregão Eletrônico, para Registro de Preço, hipótese do art. 3º, inciso IV do Decreto nº. 7892/2013**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A solicitação justifica-se pela busca da melhoria da produtividade e a promoção da saúde e da qualidade de vida dos magistrados e servidores. Isso se justifica porque a Ginástica Laboral se constitui de um conjunto de práticas físicas de curta duração, realizadas coletivamente, que trabalham a musculatura tensionada em razão da jornada de trabalho, para a execução de suas atividades diárias, e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida e o desempenho funcional, bem como a diminuição das abstenções ao trabalho por motivos de saúde. É realizada por profissionais qualificados, com formação em educação física e/ou fisioterapia, praticada no local de trabalho, podendo ser gravada e transmitida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para as demais Unidades do Poder Judiciário do Maranhão e para os magistrados e servidores que estão em suas residências.

2.2. Busca-se com o Programa de Ginástica Laboral, os seguintes benefícios:

- a) Melhoria da postura;
- b) Diminuição da tensão muscular;
- c) Diminuição do esforço na execução das tarefas diárias;
- d) Redução da sensação de fadiga ao final da jornada;
- e) Melhoria da circulação do sangue;
- f) Diminuição do estresse;
- g) Redução do número de atestados médicos;
- h) Melhoria na qualidade de vida.

2.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

2.4. A prestação dos serviços a ser contratado constitui-se em atividade não inerente às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1. O profissional deverá planejar, coordenar e executar exercícios laborais e aulas de alongamento aos magistrados e servidores nas unidades especificadas no quadro do subitem 4.1.

3.2. Esclarecer, durante as atividades, os objetivos de cada exercício.

3.3. Deverá ser trabalhada a musculatura tensionada em razão da jornada de trabalho, contemplando o fortalecimento, relaxamento e alongamento, com atividades de duração de 20 (vinte) minutos, em dias e horários estabelecidos previamente, no auditório ou em um espaço determinado pelo fiscal do contrato.

3.4. Promover exercícios que possibilitem uma maior integração dos servidores;

3.5. Apresentar relatórios que contemplem os resultados obtidos;

3.6. As aulas deverão ocorrer conforme cronograma de atendimento a ser elaborado em conjunto com o fiscal do contrato, não devendo

ultrapassar quantidade mensal, conforme tabela nº 1;

3.7. Cada atendimento estão inclusos o tempo de ingresso, acolhida, demonstração e realização dos exercícios, bem como orientações de saúde e encerramento da aula;

3.8. Utilizar materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para o desenvolvimento do atendimento fornecidos pela Contratada.

3.9. Propor alternativas para prevenção, controle e eliminação de riscos que favoreçam o surgimento das Lesões por Esforço Repetitivo/Doenças Ocupacionais relacionadas ao Trabalho;

3.10. Os serviços dos quais fazem parte do objeto deste Termo de Referência deverão obedecer os dias da semana e quantidade , conforme quadro a seguir, no decorrer da vigência do Contrato, podendo ser alterado os dias da semana e horários, mediante acordo das partes: Coordenador de Serviços Médico, Odontológico e Psicossocial (CSMOP), Fiscal do Contrato, ou seu substituto legal e Contratado, forma escrita.

3.6. O profissional deverá ainda:

3.6.1. Contribuir com seus conhecimentos e participar dos eventos de saúde realizados pela Diretoria Geral do TJ/MA, Diretoria de Recursos Humanos e de suas Coordenadorias e Divisões, sem custos para o Tribunal de Justiça;

3.6.2. Instruir, orientar e estimular, a critério da Administração, os magistrados e servidores quanto à prática de atividade física;

3.6.3. Permitir a transmissão e/ou agravação da aula de Ginástica Laborativa pelo Tribunal de Justiça, para as demais Unidades do Poder Judiciário, bem como para os magistrados e servidores que estão em suas residências.

4. QUALIFICAÇÃO DOS INSTRUTORES

4.1. Diploma de graduação em Educação Física e/ou Fisioterapia;

4.2. Registro Profissional no Conselho de Educação Física e/ou Fisioterapia;

4.3. A Contratada poderá substituir os profissionais na execução do objeto por outros, desde que atendidas às exigências anteriores.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

5.1. O quadro abaixo apresenta a descrição do serviço e quantitativo de tempo por localidade:

TABELA n° 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE TURMAS POR SEMANA	DIAS DA SEMANA	QUANTIDADE DE TURMA MENSAL	QUANTIDADE DE TURMA ANUL
01	TRIBUNAL DE JUSTIÇA - SEDE: Fisioterapeutas ou profissionais da área de educação física para atender a demanda de ginástica laboral para magistrados e servidores, jornada semanal de 40 (quarenta) minutos, aulas nas segundas e quartas-feiras, sendo 20 (vinte) minutos o tempo de cada aula. O horário será combinado com o Fiscal do Contrato	02	Segunda-feira e quarta-feira	08	96
02	CENTRO ADMINISTRATIVO (Rua do Egito): Fisioterapeutas ou profissionais da área de educação física para atender a demanda de ginástica laboral para magistrados e servidores, jornada semanal de 40 (quarenta minutos), aulas nas segundas e quartas-feiras. sendo 20 (vinte) minutos o tempo de cada aula. O horário será combinado com o Fiscal do Contrato	02	Segunda-feira e quarta-feira	08	96
03	CENTRO ADMINISTRATIVO (Bairro Alemanha) Fisioterapeutas ou profissionais da área de educação física para atender a demanda de ginástica laboral para	02	Terça - feira e quinta-feira	08	96

	magistrados e servidores, jornada semanal de 40 (quarenta minutos), aulas nas terças e quintas-feiras, sendo 20 (vinte) minutos o tempo de cada aula. O horário será combinado com o Fiscal do Contrato				
04	FÓRUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA Fisioterapeutas ou profissionais da área de educação física para atender a demanda de ginástica laboral para magistrados e servidores, jornada semanal de 80 (oitenta minutos), 02 (duas) turmas nas terças e quintas-feiras, sendo 20 (vinte) minutos o tempo de cada aula. O horário será combinado com o Fiscal do Contrato	04	Terça-feira e quinta-feira	16	192

5.2. As ausências dos profissionais deverão ser justificadas e compensadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de serem descontadas do pagamento mensal, o valor proporcional ao período em que se verificar a ausência do profissional, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no contrato;

5.3. A Contratada deverá apresentar relatório mensal das atividades desenvolvidas, bem como os resultados obtidos durante sua atuação.

5.4 Quando o dia da aula de Ginástica Laboral coincidir com feriados, ou recesso forense entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, estas deverão ser ministrada em data e horário à combinar com o Fiscal do Contrato.

5.5. Entretanto, pode ocorrer mudança de endereço na estrutura das áreas utilizadas pelo Poder Judiciário, situação em que far-se-á a respectiva adequação da prestação dos serviços a ser utilizado, respeitando o valor ajustado.

5.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual por acrescer os custos de Administração e Fiscalização do contrato, bem

como, proporcionar a ampla concorrência permitindo que pequenas empresas e microempresas possam concorrer ao certame licitatório pela íntegra do objeto.

6. VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir de sua publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, podendo ser prorrogados por igual período, mediante acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo

6.1.1. Caso o estado de emergência em razão da pandemia de Covid-19 se estenda, e se os serviços do Tribunal de Justiça sejam suspensos, o início da vigência do contrato dar-se-á após o retorno do trabalho presencial dos magistrados e servidores, a critério da Unidade Gestora da contratação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada nos termos de sua proposta;

7.2. Encaminhar, formalmente, ordem de serviço à Contratada e, quando for o caso, realizar reunião inicial com o preposto da empresa para efetuar os ajustes necessários para fiel execução do contrato;

7.3. Proporcionar todas as facilidade indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o acesso dos técnicos e empregados da prestadora de serviços às dependências das Unidades, durante a execução dos serviços;

7.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.5. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;

7.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, **03 (três) dias úteis;**

7.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas;

7.8. Exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação necessárias;

7.9. Transmitir ao vivo e/ou gravar a aula de Ginástica Laborativa para as demais Unidades do Poder Judiciário, bem como para os magistrados e servidores que estão em suas residências.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas para todos os efeitos de direito, ainda que nele não transcritos;

8.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65, §1º, da Lei nº 8.666/93;

8.3. 10.2 Demonstrar situação regular junto ao INSS, FGTS e Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como não apresentar débitos trabalhistas.

8.4. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades.

8.5. Exigir que seus técnicos e/ou empregados se apresentem nas dependências do Poder Judiciário devidamente identificados com crachás, e uniformizados de acordo com a atividade a ser desempenhada, bem como todos os materiais e equipamentos de proteção individual e coletivo adequado ao risco de cada atividade.

8.6. Proibir que seus técnicos e/ou empregados fiquem transitando por áreas dos edifícios que não imediatas ao trabalho.

8.7. Preservar o sigilo das informações que serão disponibilizadas pelo Poder Judiciário para execução do objeto contratado.

8.8. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do contrato, de tudo dando ciência à Coordenadoria de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial, respondendo integralmente por sua omissão.

8.9. Responder pessoal, diretamente e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados e danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, ocorridos ou não no local do trabalho.

8.10. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência

dos serviços que realizar, assim como pelos danos causados, direta ou indiretamente, decorrentes da realização desses.

8.11. Responsabilizar-se pelas perdas e danos causados diretamente a Contratada ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Instrumento Contratual.

8.12. Responder inteiramente por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguro de acidentes, impostos e quaisquer outros que forem devidos e referentes aos serviços oriundos da contratação.

8.13. Fazer comparecer representante da empresa credenciada, sempre que convocada, ao local e na data a serem estabelecidos pela fiscalização, para exame e esclarecimento de qualquer problema relacionado à execução do objeto contratado.

8.14. Cumprir com zelo, perfeição, higiene, eficiência e pontualidade os serviços a serem contratados, em consonância com as normas e padrões aplicáveis.

8.15. As despesas da Contratada todas as despesas pertinentes a subcontratações, tais como: máquinas, equipamentos, veículos, mão de obra e materiais.

8.16. Fornecer a seus empregados todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização desses;

8.17. Enquanto houver necessidade para prevenção da contaminação da COVID - 19, deverá fornecer álcool em gel, máscaras descartáveis e protetores faciais do tipo *face shield*, aos prestadores de serviço de ginástica laboral;

8.18. A contratada deve ser responsabilizada por toda logística necessária para a realização das aulas de Ginástica Laboral;

8.19. Responsabilizar-se pelo "Registro de frequência" para assinatura do instrutor da Ginástica Laboral e do responsável local da contratante: Sede do Tribunal de Justiça - Chefe da Divisão Médica ou Supervisor, Centro Administrativo (Rua do Egito) - Diretora de Recursos Humanos ou secretário (a), Centro Administrativo - V (Bairro da Alemanha) - Coordenador da Coordenadoria de Material e Patrimônio do Tribunal de Justiça ou seu secretário, Fórum Desembargador Sarney Costa - Chefe da Divisão Médica e Odontológica ou Supervisor da Divisão.

8.20. Responsabilizar-se pela emissão e envio do **relatório mensal**, contendo: informações técnicas pertinentes, quantidade de magistrados e servidores que participaram presencialmente por unidade, técnicas e metodologia aplicadas nas aulas nesse período, ao Fiscal do Contrato;

8.21. Fornecer ao Contratante, antes do início da execução das atividades e no decorrer da prestação dos serviços, nome dos profissionais;

8.22. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 2 (duas) horas que antecedem a aula de Ginástica Laboral, os motivos que venham a impossibilitar o seu cumprimento;

8.23. Manter durante a contratação a documentação fiscal e trabalhista atualizadas;

8.24. Considerar que a ação de fiscalização da Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais;

8.25. Usar mão de obra capacitada (treinada), que assegure a execução integral dos serviços nos prazos convencionados com segurança e qualidade;

8.26. Informar no prazo de até 03 (três) dias úteis, as ações corretivas adotadas para as não conformidades informadas pelo fiscal do contrato;

8.27. Realizar os serviços referentes ao objeto do contrato, através de profissionais de comprovada competência e especialização na área solicitada, de forma a atender plenamente todos os aspectos pertinentes ao programa;

8.28. Cumprir o programa apresentado e aprovado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e, caso haja necessidade de alteração, o assunto deverá ser submetido ao Gestor do contrato;

8.29. Tratar com urbanidade e respeito a qualquer pessoa dentro das dependências do Tribunal de Justiça, Centro Administrativo, Unidade Administrativa V e do Fórum Des. Sarney Costa.

8.30. Indicar um número de telefone, um endereço eletrônico (e-mail) e endereço da empresa pelo qual deseja receber as comunicações do Tribunal de Justiça, devendo acusar pelo mesmo meio de comunicação;

8.31. Dar conhecimento prévio ao fiscal do contrato das alterações de profissionais a serem efetuadas, decorrentes de substituições, exclusões ou inclusões necessárias;

8.32. Cumprir carga horária estipulada no item 4.1;

8.33. Reportar-se à Coordenadoria de Serviços Médicos, Odontológico e Psicossocial deste Egrégio Tribunal para que seja efetivado o controle das atividades realizadas;

8.34. A Contratada deverá visitar as unidades para identificação dos métodos adequados a cada local a ser atendido;

8.35. Autorizar a transmissão ao vivo ou gravação das aulas de Ginástica Laboral pelo Tribunal de Justiça para os magistrados e servidores das demais unidades, bem como os que estejam em suas residências.

9. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

9.1. A licitante deverá tomar todos os cuidados necessários para que da consecução dos serviços não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;

9.2. A licitante deverá assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas cabíveis para a correção dos danos que vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução de suas atividades objeto desta licitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições constantes neste Termo de Referência e no contrato a ser celebrado entre as partes;

10.2. Supervisionar o fornecimento do objeto deste Termo de Referência e rejeitar todo material entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela Contratada;

10.3. Notificar, por escrito, a Contratada, quaisquer irregularidades relacionadas ao fornecimento do material objeto deste Termo de Referência;

10.4. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis .

10.5. Rescindir o Contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no artigo 80, todos da Lei 8.666/93.

10.6. Atestar nota fiscal a entrega efetiva do produto.

10.7. Não receber os materiais dissonantes das especificações contidas neste Termo de Referência, no Edital ou na Ata de Registro de Preços.

10.8. Rescindir o Contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas previstas no artigo 80, todos da Lei 8.666/93.

10.9. Efetuar o pagamento devido à Contratada nas condições estipuladas no contrato.

11. DA REPACTUAÇÃO

QUANTO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao TJMA promover as negociações junto as empresas, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o TJMA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.3. O fornecedor que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.4. A ordem de classificação dos fornecedores do cadastro de reserva que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o TJMA poderá:

a. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do início da execução dos serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.6. Não havendo êxito nas negociações, o TJMA procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12. CONTRATO

12.1. É admitida a repactuação dos preços do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do acordo, ou convenção coletiva de trabalho ou sentença normativa vigente à época da apresentação da proposta e adotados para elaboração desta;

12.2. Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, neste caso contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta;

12.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ocorrida.

12.4. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente a repactuação e prorogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito.

12.5. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

12.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva de trabalho. A repactuação de preços, é espécie de reajuste contratual utilizada nas contratações de serviços continuados com

dedicação exclusiva de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir (art. 54 da IN nº. 05/17):

12.6. A repactuação de preços, é espécie de reajuste contratual utilizada nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de um ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir: (art.54 da IN nº. 05/17).

I - A REPACTUAÇÃO para fazer face à elevação dos custos da contratação, respeitada a anualidade disposta no item "28.9", e que vier a ocorrer durante a vigência do contrato, é direito da contratada, e não poderá alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, conforme estabelece o art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo assegurado ao prestador receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

II - A REPACTUAÇÃO poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

III - Quando a contratação que envolve mais de uma categoria profissional, com datas bases_diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

IV. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo a.

12.7. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir: (art.55 da IN nº. 05/17).

I. Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução dos serviços decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, ou;

II. Da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de

trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

12.8. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação. (art. 56 da IN nº. 05/17).

12.9. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação. (Art. 57 da IN nº. 05/17).

12.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

12.11. Quando da solicitação da REPACTUAÇÃO para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

I os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração

II as particularidades do contrato em vigência;

III a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

V indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, e;

V I a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

12.12. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

12.13. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamentos, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

12.14 O prazo referido no item "8.9" ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

12.15 O órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

12.16 As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

12.17 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a.

i. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

ii. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras, ou;

iii em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

12.18. Os efeitos financeiros da REPACTUAÇÃO deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

12.19. Nos casos de pagamentos que tenham como referência data anterior à de apostilamentos ou termo aditivo, os prazos para verificação de eventual mora da Administração em sua contraprestação terão sua contagem iniciada tão somente a partir da data da assinatura do respectivo instrumento.

12.20. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei n°. 8.666, de 1993. (art. 59 da IN n°. 05/17).

12.21. A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que

fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o art. 24, inciso XI da Lei n°. 8.666, de 1993. (art. 60 da IN n°. 05/17).

1.13. DA CONTA VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

13.1. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, com base na súmula n° 331 do Tribunal Superior do Trabalho, a CONTRATANTE deverá depositar, mensalmente, em conta vinculada específica, os valores provisionados para o pagamento das férias, 13° salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA envolvidos na execução do Contrato, em consonância com os dispostos na Instrução Normativa SLTI/MP n° 05, de 25 de maio de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

- I. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13°s salários, quando devidos;
- II. Parcialmente, pelo valor correspondente as férias e ao 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao Contrato;
- III. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13°s salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao Contrato;
- IV. Ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;

13.2. O saldo restante, com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

13.3. As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este item, serão destacadas do valor mensal do Contrato e depositados na mencionada conta vinculada, aberta em nome da CONTRATADA, em instituição bancária oficial, bloqueada para movimentação.

13.4. A movimentação da conta vinculada será mediante autorização da CONTRATANTE, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

13.5. O montante do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes previsões:

- 13° salário;
- Férias e Abono de Férias;
- Adicional do FGTS para as rescisões sem justa causa; e,
- Impacto sobre férias e 13° salário.

13.6. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no subitem acima, depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA.

13.7. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato em conformidade com a Lei nº 12.506/2011.

13.8. Os valores máximos e mínimos a serem provisionados estão discriminados na tabela abaixo, ressalvado o FAT/RAT, o submódulo 3.1 e os demais encargos são vinculativos:

CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS (Mínimo e Máximo)		
REGIME DE TRIBUTAÇÃO	Incidência cumulativa ou não cumulativa de PIS e COFINS	
RAT ajustado (RAT*FAP) ¹	0,5%	6%
Submódulo 3.1 (a)	34,30%	39,80%
ENCARGO	MÍNIMO	MÁXIMO
13° Salário	8,3333%	
Férias	8,3333%	
Abono de Férias	2,7777%	
SUBTOTAL (b)	19,4443%	
Incidência Submódulo 3.1 (a)*(b) = (c)	6,6694%	7,7388%
Multa FGTS (d)	4,2998%	
Encargos Retidos (b) + (c)+(d) = (e)	30,4135%	31,4829%

NOTA 1: Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau

de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, bem como os índices de ajuste de riscos, de ½ a 2 vezes.

NOTA 2: A comprovação do Risco deverá ser realizada pela apresentação de documento idôneo da Previdência social que comprove o índice adotado.

13.9. A CONTRATADA poderá solicitar a autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato a ser celebrado.

13.10. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

13.11. A CONTRATANTE expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação.

13.12. Encaminhando a referida autorização à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da CONTRATADA.

13.13. A autorização de que trata o subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para a transferência bancária para a conta corrente dos trabalhadores favorecidos.

13.14. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de três dias, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

13.15. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à CONTRATADA, no momento do encerramento do Contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

13.16. A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada;

13.17. Quando não for possível a realização dos pagamentos diretos, pela própria administração, os valores serão retidos cautelarmente e depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais

verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS. Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013.

13.18. Em caso de cobrança de tarifa bancária para operacionalização da conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados;

13.19. As normas para operacionalização da conta vinculada serão aquelas previstas na Resolução CNJ 169/2013 alterada pela Resolução 183/2013.

14. PAGAMENTO

14.1. Executados os serviços, a CONTRATADA encaminhará Nota Fiscal de Serviços, emitida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, de acordo com o empenho, bem como o "Registro de frequência" das aulas administradas com assinatura do instrutor da Ginástica Laboral e do responsável local do contratante e o relatório mensal sobre as atividades.

14.1.1. A referida nota fiscal será obrigatoriamente acompanhada da folha de pagamento completa do mês anterior ao de referência, acompanhada do recibo/comprovante do pagamento de salário dos funcionários, bem como os comprovantes de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (GFIP e SEFIP), da Previdência Social (GPS) e Insalubridade, exceção feita ao último pagamento do contrato, cuja nota fiscal deverá ser acompanhada também da documentação referente ao mês da prestação do serviço.

14.2. Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com os documentos relativos à seguridade social (CND - Certidão Negativa de Débito e CRF - Certificado de Regularidade FGTS).

14.3. Havendo erro na nota fiscal ou outra circunstância que obste a quitação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susado, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus para a CONTRATANTE.

14.4. Contratante e contratada comprometer-se-ão a respeitar, em todos os seus termos, o que consta na Resolução nº. 98/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que prevê, dentre outras obrigações, que as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa e o impacto sobre férias e

13º salário, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação - aberta em nome da empresa em banco público oficial, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do TJMA (art. 1º da Res. nº 98/2009 - CNJ).

14.5. No ato de assinatura do contrato, a contratada assinará documento próprio em que autoriza o contratante a abrir conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação - para o fim de depositar os valores constantes mencionados no item 10.4, em acordo com a Res. nº 98/2009 - CNJ.

14.6. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas acima mencionados, depositados na conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à empresa. (art. 8º da Res. nº 98/2009 - CNJ).

15. DOS SALÁRIOS PROFISSIONAIS

15.1. O licitante deverá apresentar sua proposta obedecendo o piso salarial da categoria.

15.1.1. Caso o piso salarial da categoria firmado em sentença normativa, convenção ou acordo coletivo seja inferior ao salário-mínimo vigente à época da sessão pública, este último deverá ser utilizado como referencial para todos os fins da proposta.

15.1.2. Caso o licitante apresente sua proposta com o salário inferior ao fixado, deverá justificar as razões do valor indicado.

16) DAS SANÇÕES CONTRATUAIS:

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da proposta apresentada, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou não mantiver a proposta;

16.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. ADVERTÊNCIA por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o Tribunal;

16.2.2. MULTA MORATÓRIA de até 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

16.2.3. MULTA COMPENSATÓRIA de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.3.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.4. SUSPENSÃO de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.5. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

16.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

16.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

16.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

16.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

16.6.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.6.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.6.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos ou recolhidos em favor do FERJ, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente."

17. VALOR TOTAL ESTIMADO:

Sugere-se que o Setor de Cotação do Tribunal de Justiça do Maranhão proceda à cotação.

18. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

18.1. A fiscalização da contratação ficará sob a responsabilidade da

Coordenadoria de Serviços Médicos, Odontológicos e Psicossocial do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, que terá como preposto o ocupante do cargo de Coordenador da Coordenadoria de Serviços Médicos, Odontológico e Psicossocial - José Luís Nascimento Araújo - matrícula: 193078, telefone: (98) 32237217 e como substituta a ocupante do cargo de Secretária do Coordenador - Alessandra de Jesus Pinheiro Mendes, Matrícula 100982; ou quem porventura estiver ocupando os cargos de Coordenador e Secretária.

18.2. O Fiscal do Contrato e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões presenciais e/ou remotas de trabalho com o preposto, telefones, mensagens eletrônicas(e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

19. GESTÃO DO CONTRATO:

Em conformidade com a Resolução - GP 212018 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, caberá à Diretora de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Maranhão, **DANIELLE MESQUITA DE FRANÇA**, e como substituto o ocupante do cargo de Secretário da Diretoria de Recursos Humanos a gestão do Contrato resultante deste Termo Referência; ou quem porventura estiver ocupando o cargo.

20. SANÇÕES:

As sanções decorrentes do não cumprimento das normas constantes neste Termo de Referência e no contrato são as previstas nas seguintes normas: 1) Lei nº 8.666/1993, 2) Lei nº 9.579/2012 (Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão) e Resolução GP - 212018 do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

21. CONDIÇÕES GERAIS:

Os casos omissos neste Termo de Referência serão definidos posteriormente e, se necessário, constarão no contrato a ser firmado entre as partes.

São Luís, 03 de novembro de 2020.

JOSÉ LUÍS NASCIMENTO ARAÚJO

Coordenador dos Serviços Médico, Odontológico e Psicossocial -
TJ/MA